

O MST e a Transição Agroecológica

The MST and Agroecological Transition

BORGES, Juliano L. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, e-mail: jlb_br@yahoo.com.br.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a transição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para o paradigma agroecológico. Nos últimos anos, o MST redefiniu suas estratégias, reorganizando a luta política, a produção e o trabalho nos assentamentos rurais, através de princípios e práticas agroecológicos. Isso foi resultado das transformações políticas e organizativas ocorridas ao longo do tempo. A implementação e gestão das cooperativas apresentaram dificuldades e desencadearam o esgotamento desse modelo, que já vinha dando sinais de crise desde a década de 90. Nesse contexto, o MST começou a redefinir suas bases políticas e econômicas, que o aproximou da noção sustentabilidade. A transição agroecológica em curso tem sido concebida como um processo lento e gradual, que necessita ser aperfeiçoado e avaliado constantemente, para que os projetos de desenvolvimento para os assentamentos rurais estejam articulados com as necessidades construídas localmente.

Palavras-chave: assentamentos rurais; cooperativismo; sustentabilidade; agroecologia.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the transition of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) to the agroecological paradigm. In the last few years the MST has redefined its strategies, reorganizing the political fight, production, and the work in the settled lands, through agroecological principles and practices. This was the result of political and organizational changes that have taken place throughout the time. The implementation and management of cooperatives have had difficulties and triggered the wearing off of this model, which had already shown signs of crisis since the decade of the 90's. In this context, the MST started to re-define its political and financial basis, which brought them close to the sustainability. The agroecological transition in course is a low and gradual process, which needs to be sharpened and evaluated constantly so the projects of development for the rural settlements be according to the needs built locally.

Keywords: rural settlements; cooperativism; sustainability; agroecology.

Introdução

As políticas de reforma agrária no Brasil estão historicamente ligadas à mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra. A conquista dos assentamentos rurais é fruto de tensões sociais e embates políticos que demonstram a condição dos trabalhadores rurais excluídos pela acumulação de terras no país. Desde sua criação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) buscou organizar a produção nos assentamentos rurais através da coletivização do trabalho. A partir daí iniciou a construção de um projeto de cooperação agrícola, o qual atribuía à cooperativa ser a forma superior de organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais – produção em larga escala, mecanização agrícola, utilização de insumos químicos e divisão do trabalho (especialização de tarefas).

A difusão de seu projeto de desenvolvimento econômico ocorreu em um período de grande mobilização em torno da luta pela terra. Isso possibilitou à reforma agrária um lugar de destaque entre as políticas governamentais. Mesmo com esse estímulo, o cooperativismo apresentou

Resumos do VI CBA e II CLAA

contradições internas, ligadas às práticas produtivas e à coletivização do trabalho. O agravamento dessas contradições foi acompanhado pela desestruturação das políticas de crédito especial e pela criminalização da luta pela terra.

Em decorrência desses fatores, o cooperativismo começou a entrar em crise, ocasionando seu esgotamento no final dos anos 90. Esse processo culminou em mudança nas diretrizes do MST para a luta política e para a organização dos assentamentos rurais. Nesse contexto, começou a redefinir suas estratégias para viabilidade dos assentamentos e para a própria luta política (reforma agrária). Essa mudança de orientação aproximou o movimento da noção sustentabilidade, a qual seria alcançada através da agroecologia. As práticas alternativas adquiriram relevância e a agroecologia propiciou um novo momento histórico para o Movimento.

Metodologia

Para estabelecer a análise da transição do MST para a agroecologia, foram articulados dois tipos de pesquisa: bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi construída a partir da escolha tema, relativo à produção e trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária ligados ao MST. As questões políticas e sociais em torno da luta pela terra estão inseridas nessas discussões, possibilitando visualizar os antecedentes históricos de formação do MST. Sobre suas origens, existe uma vasta bibliografia, ampliando as informações para utilização na pesquisa. Ao mesmo tempo foram estabelecidas delimitações conceituais pertinentes ao problema definido.

As principais fontes para desenvolvimento da pesquisa foram o *Jornal Sem Terra* (JST) e outros documentos editados pelo próprio Movimento, os quais receberam tratamento analítico de suas publicações. A análise documental foi iniciada nos números do JST de 1987 até as últimas versões de 2006 e em periódicos que tratavam especificadamente da temática abordada. Para entender o atual momento de transição no MST e as implicações nos assentamentos rurais, deve-se remeter ao processo histórico que deu origem a esse cenário. As particularidades contidas nesse trajeto são essenciais para pensar os limites e possibilidades de uma nova forma de organização da produção e do trabalho coletivo.

Resultados e discussões

O cooperativismo no MST e a afirmação dos princípios organizativos de produção e trabalho coletivo entraram em crise nos anos 90. As contradições inerentes a implantação das cooperativas e o acirramento da oposição com o Estado provocaram o esgotamento do paradigma de desenvolvimento adotado. Esse cenário possibilitou uma mudança importante na orientação do MST para os assentamentos rurais. Práticas agrícolas alternativas ganharam espaço e transformaram-se no principal projeto para viabilidade dos assentamentos. Essas experiências foram fundamentais para desencadear um processo de mudança nas bases política e produtiva do Movimento.

O esgotamento do modelo de produção cooperativista e o contexto de discussões sobre desenvolvimento rural sustentável conduziram, de forma inicial, à incorporação da agroecologia como novo paradigma para a realidade dos assentamentos rurais. Além das práticas produtivas, a agroecologia adentrou a esfera política como forma de contestação ao modelo agroexportador representado pelas multinacionais (de insumos químicos e de pesquisa em biotecnologia – transgênicos) e pelo agronegócio.

A aproximação do MST com os princípios da sustentabilidade possibilitou iniciar a formulação de concepções sobre o processo de transição agroecológica nos assentamentos rurais e abrir novos espaços participativos nas localidades. O conhecimento tradicional (camponês), rejeitado inicialmente pelo Movimento, destaca-se como elemento fundamental para a construção de um

Resumos do VI CBA e II CLAA

projeto agroecológico, adequado às especificidades locais e à multiplicidade social inserida nesses contextos (HECHT, 1991; ALTIERI; YURJEVIC, 1991; ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2000; SEVILLA GUZMÁN, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

As contradições da coletivização do trabalho, que impunha a construção do sujeito “sem terra”, voltado para a produção cooperativa, encontrou, nos assentamentos rurais, resistências e rupturas, ocasionando problemas nas estruturas organizativas criadas pelo Movimento (NAVARRO, 2002; D' INCAO; ROY, 1995). Quanto à produção, o cultivo em larga escala, dependente de recursos externos, absorvia pouca mão-de-obra (disponível em grande quantidade), além de ficar refém dos preços praticados pelo mercado externo (NORDER, 2004). As políticas governo também foram significativas para o esgotamento do cooperativismo no MST; foi extinto o crédito especial para os assentamentos rurais e dificultada as mobilizações para criação de novos assentamentos, via criminalização da luta pela terra.

No início da década de 90, algumas iniciativas em agroecologia foram implementadas nos assentamentos rurais. Essa constatação foi observada em documentos do Movimento, que tratavam o tema de forma bastante incipiente. A partir do 3º Congresso Nacional do MST (1995) e da articulação com a Via Campesina, o tema da sustentabilidade adentrou, ainda que secundariamente, a agenda do Movimento, adquirindo maior força nos anos 2000 (COSTA NETO; CANAVESI, 2002). Nesse entremeio, era desencadeado um processo de transição agroecológica, visando a adoção de um paradigma de produção voltado para desenvolvimento sustentável (COSTABEBER; MOYANO, 2000; COSTABEBER, 2006).

Dessa forma, foram iniciadas experiências em agroecologia com um novo enfoque para os assentamentos rurais (VERAS, 2005). Para alcançar níveis de sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental, a transição agroecológica parte de uma desconstrução/reconstrução de princípios, valores e práticas, os quais deverão abrir espaço para as articulações locais e o saber tradicional, a fim de que as especificidades contextuais sejam determinantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Conclusões

A contradição do modelo produtivista adotado pelo MST foi sentida nas dificuldades de implementação do cooperativismo nos assentamentos. Essa situação provocou uma mudança nas estratégias do Movimento, que passou a reconhecer os limites do paradigma de produção implementado. Dessa forma, alterou, em grande medida, sua orientação. A produção cooperativa em larga escala, voltada para a industrialização e mercado externo, perde espaço para o incentivo à produção agroecológica, baseada na diversificação da produção e utilização de recursos internos, em sua maior parte.

A transição agroecológica no MST é um processo muito recente. As experiências nos assentamentos rurais estão em fase de aperfeiçoamento e avaliação, como o próprio Movimento e sua estrutura. Isso vem abrindo espaço para a realização de inúmeros estudos de caso, com a análise enfocada na mudança da matriz tecnológica para a agroecologia, ressaltando os impactos na produção, no trabalho e nas relações sociais. Além disso, possibilita pesquisas e intervenções que contribuam para a construção de estratégias de sustentabilidade locais.

Para consolidar a agroecologia, o MST não necessita mudar apenas as práticas nos assentamentos rurais (produção e trabalho), mas a si próprio, enquanto mediador do processo de transição para um modelo de agricultura diferenciado daquele que adotou por mais de uma década. Essa mudança significativa rompe com os elementos fundamentais da modernização da agricultura e inaugura um novo momento para os assentamentos rurais, marcado pela busca do

Resumos do VI CBA e II CLAA

desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, política, social e ambiental.

Referências

- ALTIERI, Miguel. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- ALTIERI, M. A.; YURJEVIC, A. La Agroecología y el desarrollo en América Latina. *Agroecología y Desarrollo. Revista del CLADES*, v. 1, n. 1, p. 25-36, 1991.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.
- COSTA NETO, C.P.L.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopía*. México: Clacso, 2002. p. 203-215.
- COSTABEBER, J.A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.
- COSTABEBER, José A. Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 04-05, 2006.
- D' INCAO, M.C.; ROY G. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GLIESSMAN, S.R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- HECHT, S.B. La Evolución del pensamiento agroecológico. In: *Agroecología y Desarrollo. Revista del CLADES*, v.1, n.1, p. 02-15, 1991.
- NAVARRO, Z. O MST e a canonização da ação coletiva (comentário ao artigo de Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, B.S. (Org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NORDER, L.A.C. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Wageningen Universiteit, Wageningen. 2004.
- SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.
- VERAS, M.M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.